Crianças sem vacina não transmitem doença

A solicitação do fim da obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19 para crianças foi uma das principais conclusões da audiência pública realizada na noite desta segunda-feira (30) na Assembleia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Família. O encontro discutiu soluções e alternativas às ações movidas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Conselho Tutelar contra pais que não vacinaram seus filhos contra a doença.

Durante o evento, os participantes também pediram a suspensão dessas ações, bem como das multas aplicadas àqueles que não imunizaram seus filhos. Eles querem saber, ainda, os dados atualizados sobre os efeitos adversos e óbitos decorrentes da vacinação contra a Covid.

A reunião contou com a participação de várias referências na área da saúde. E se chegaram a essa conclusão lógica, sinal que entendem do assunto, certo? Então, porque mesmo eles não revelaram durante o encontro o motivo real do fim da pandemia, já que não foi a vacina? Ou o motivo da morte de tantas crianças por covid, já que elas são "imunes" e por isso não precisariam de vacina? E vacina quem quer, quem não quer, contamina os outros.

Isto parece mais uma discussão de grupo de whatsapp, onde todos têm solução para o problema dos outros, menos para os seus próprios.

LDO em discussão na Alesc

A Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) deve votar nesta semana o parecer conclusivo ao Projeto de Lei (PL) 178/2025, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O relator, deputado Marcos Vieira (PSDB), recomendou a aprovação da proposta, e a votação ficou agendada para esta quarta-feira , dia 02. A LDO, elaborada pelo Poder Executivo, prevê receitas e despesas públicas de R$ 57,9 bilhões, valor 10% superior ao orçamento de 2025. O texto apresenta metas fiscais e prioridades de investimentos em áreas como saúde, educação e segurança pública, além de orientar a futura Lei Orçamentária Anual (LOA).

Foto: Agencia AL/Divulgação

Saúde

Os avanços em Oncologia e Hematologia no país serão tema do 3º Simpósio do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), unidade do Governo do Estado, nos dias 4 e 5 de julho, em Florianópolis. O evento, que tem o apoio da FAHECE, reunirá mais de 30 palestrantes de destaque nacional nessas áreas e terá uma programação especializada. Serão dois dias voltados à atualização científica, troca de experiências e fortalecimento das redes de cuidado oncológico. As inscrições estão abertas no site oficial do evento, com vagas limitadas.

Defensores

Pela primeira vez fora da capital, o Curso de Formação de Defensoras e Defensores Populares será realizado em Chapecó, com início previsto para o dia 16 de agosto. A iniciativa é voltada a lideranças comunitárias e pessoas que atuam em movimentos sociais, com o objetivo de promover a educação em direitos e fortalecer a atuação cidadã nos territórios.

A formação será gratuita e acontecerá em quatro encontros, sempre aos sábados, no Plenário da Câmara Municipal. O primeiro encontro terá uma mesa de abertura e apresentação dos participantes. Os demais encontros abordarão temas como direitos humanos, moradia, infância e juventude, direitos das mulheres e do consumidor, com mediação de defensoras e defensores públicos, além de convidados externos.

Posse

O advogado tributarista Lucas de Assis, de Palhoça, tomou posse como conselheiro do Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina (TAT/SC), órgão responsável pelo julgamento de litígios fiscais entre contribuintes e a Fazenda Estadual, em última instância administrativa. Indicado pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), Lucas representa a classe empresarial catarinense no colegiado. Ele é coordenador do núcleo jurídico-contábil da Associação Empresarial de Palhoça (ACIP) e já atuou como advogado da própria FACISC por oito anos. O TAT/SC tem composição paritária entre representantes do fisco e dos contribuintes e desempenha papel estratégico na mediação de conflitos tributários, promovendo segurança jurídica e equilíbrio na interpretação da legislação estadual.

São Bento do Sul

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), assinou um contrato de estruturação de Parceria Público Privada (PPP) com São Bento do Sul, que deu um passo decisivo rumo à modernização de sua infraestrutura urbana. Este foi o primeiro contrato de estruturação de PPP firmado pela agência do BRDE em Santa Catarina, e que marca um momento histórico tanto para o banco quanto para o município. O projeto prevê a concessão administrativa do serviço de iluminação pública, que inclui a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção do parque de iluminação da cidade, que atualmente conta com cerca de 15.400 pontos de luz, com a substituição de aproximadamente 17 mil lâmpadas convencionais por tecnologia LED, com uma economia estimada de até 80% na conta de luz pública e aumento na segurança. O investimento previsto é de cerca de R$40 milhões e utilizará como fonte os recebíveis da COSIP, sem impacto direto no orçamento da Prefeitura. Além disso, o projeto abre caminho para a implementação de soluções de cidades inteligentes, como videomonitoramento, wi-fi e sensores ambientais.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales***
Diagramação: ***Celina Sales***
Contato peloestado@gmail.com
***Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC**